



# ***Boletim Informativo***

**Núcleo de Defesa da  
Pessoa com Deficiência**

Março/2022



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**NUDEPED**

NÚCLEO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

# APRESENTAÇÃO

Com imensa satisfação, vimos comunicar o início dos trabalhos do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência – NUDEPED.

Conforme o art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Segundo dados do IBGE, quase 25% da população brasileira é pessoa com deficiência, o que significa que um em cada quatro brasileiros possui algum tipo de deficiência, tratando-se de público que, diariamente, recorre à Defensoria Pública para atendimento nas mais diversas áreas, necessitando da nossa especial atenção para a eliminação de barreiras e ampliação da inclusão.

Por essa razão, trazemos, na primeira edição do boletim do NUDEPED, um compilado das principais normas sobre o tema, a fim de auxiliar em nosso trabalho. Salientamos que a temática encontrava-se, até o momento, compreendida nas atribuições do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e aproveitamos a oportunidade para destacar algumas das principais atividades em prol dos direitos das pessoas com deficiência desenvolvidas pela instituição nos últimos anos.

Certos de que ainda há muito a ser feito, aproveitamos para formalizar às defensoras e defensores públicos o **convite para que participem como membros do novo Núcleo**, devendo as manifestações de interesse ser encaminhadas ao endereço eletrônico [nudaped@defensoria.rs.def.br](mailto:nudaped@defensoria.rs.def.br).

Um grande abraço!

*Aline Palermo Guimarães*  
Defensora Pública Dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência

*Ricardo Girardello*  
Defensor Público Subdirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência

# SUMÁRIO

## 5 LEGISLAÇÃO

## 14 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

## 19 ATIVIDADES DA CPAI

# LEGISLAÇÃO

Sem pretensão de esgotar toda a legislação existente sobre o tema, apresentamos, a seguir, as principais leis e decretos federais, bem como as principais leis e decretos do Estado do Rio Grande do Sul que tratam de direitos das pessoas com deficiência.

## PRINCIPAIS LEIS FEDERAIS

### Lei nº 14.306/2022:

Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down (21 de março).

**Leia +**

### Lei nº 13.977/2020:

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Conhecida como Lei Romeo Mion.

**Leia +**

### Lei nº 13.146/2015:

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**Leia +**

### Lei nº 12.933/2013:

Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos.

**Leia +**

**Lei Complementar nº 142/2013:**

Regulamenta o §1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

**Leia +****Lei nº 12.649/2012:**

Trata de isenção tributária para PcDs. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep – Importação e da Cofins – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Leia +****Lei nº 12.764/2012:**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**Leia +****Lei nº 12.622/2012:**

Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.

**Leia +****Lei nº 12.587/2012:**

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

**Leia +****Lei nº 11.982/2009:**

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

**Leia +****Lei nº 11.133/2005:**

Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

**Leia +****Lei nº 11.126/2005:**

Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

**Leia +****Lei nº 10.845/2001:**

Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência, e dá outras providências.

**Leia +****Lei nº 10.436/2002:**

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

**Leia +****Lei nº 10.226/2001:**

Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor com deficiência física.

**Leia +****Lei nº 10.098/2000:**

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**Leia +**

**Lei nº 10.048/2000:**

Estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

**Leia +****Lei nº 8.989/1995:**

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência.

**Leia +****Lei nº 8.899/1994:**

Concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

**Leia +****Lei nº 7.853/1989:**

Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

**Leia +****Lei nº 4.169/1962:**

Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.

**Leia +****PRINCIPAIS DECRETOS FEDERAIS**

- **Decreto nº 9.522/2018:** Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.
- **Decreto nº 8.368/2014:** Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- **Decreto nº 8.145/2013:** Altera o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.
- **Decreto nº 7.612/2011:** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
- **Decreto nº 7.235/2010:** Regulamenta a Lei nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.
- **Decreto nº 7.037/2009:** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
- **Decreto nº 6.214/2007:** Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.

**Leia +****Leia +****Leia +****Leia +****Leia +****Leia +****Leia +**

- **Decreto nº 6.949/2009:** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

**Leia +**

- **Decreto nº 5.904/2006:** Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.

**Leia +**

- **Decreto nº 5.626/2005:** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

**Leia +**

- **Decreto nº 5.296/2004:** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**Leia +**

- **Decreto nº 3.956/2001:** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.

**Leia +**

- **Decreto nº 3.691/2000:** Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

**Leia +**

- **Decreto nº 3.298/1999:** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

**Leia +**

## PRINCIPAIS LEIS ESTADUAIS

### Lei Estadual nº 14.321/2013:

Altera a Lei n.º 8.535, de 21 de janeiro de 1988, que cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS –, revoga a Lei n.º 6.616, de 23 de outubro de 1973, e dá outras providências.

**Leia +**

### Lei n.º 13.798/2011:

Institui a “Semana Estadual do Autismo” e dá outras providências.

**Leia +**

### Lei Estadual nº 13.739/2011:

Dispõe sobre percentual na distribuição ou venda de unidades habitacionais populares ou lotes individuais urbanos para pessoas com deficiência e dá outras providências.

**Leia +**

### Lei Estadual nº 13.720/2011:

Cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Leia +**

### Lei Estadual nº 13.519/2010

Altera a Lei 13.320, de 21 de dezembro de 2009, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

**Leia +**

### Lei Estadual nº 13.320/2009:

Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.

**Leia +**

## PRINCIPAIS DECRETOS ESTADUAIS

- **Decreto Estadual nº 51.150/2014:** Modifica o Decreto nº 32.144, de 30.12.1985, que regulamenta o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 50.156/2013:** Institui o Comitê Gaúcho de Acessibilidade: Tecnologia e Informação – CGATI. **Leia +**
- **Decreto Estadual Nº 48.963/2012:** Política Estadual para PcD e PAH – Institui a Política Estadual para as Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades, e dá outras providências. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 48.292/2011:** Institui o Programa de Acessibilidade de Comunicação nas compras e edições de publicações, e dá outras providências. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 48.293/2011:** Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos realizados no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 48.294/2011:** Estabelece o Compromisso por parte do Estado do Rio Grande do Sul de implementar ações de inclusão das pessoas com deficiência, em regime de cooperação com a União e os Municípios, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD, e dá outras providências. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 44.300/2006:** Regulamenta a Lei n.º 10.228, de 6 de julho de 1994, que dispõe sobre a reserva de vagas para admissão no serviço público estadual de pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. **Leia +**

- **Decreto Estadual nº 44.261/2006:** Define os órgãos e entidades que terão representação no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 42.410/2003:** Regulamenta a Lei n.º 11.664, de 28 de agosto de 2001, que dispõe sobre a gratuidade nas linhas comuns do transporte intermunicipal de passageiros, até o limite de duas passagens por coletivo, a deficientes físicos, mentais e sensoriais, comprovadamente carentes. **Leia +**
- **Decreto Estadual nº 39.678/1999:** Institui a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, e dá outras providências. **Leia +**

# ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Na sequência, citam-se algumas das atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública envolvendo a temática nos últimos anos.

## 2014:

- A Defensoria Pública realizou reunião para avaliar política pública de dispensação de fraldas a crianças e adolescentes com deficiência.

**Leia +**

## 2015:

- Em agosto, a Defensoria Pública participou da abertura da 21ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência.

**Leia +**

- Em setembro, a Defensoria Pública participou de Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Leia +**

- Em outubro, a Defensoria Pública firmou Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) com o Município de Antônio Prado para garantir a reserva de vagas exclusivas de estacionamento para idosos e pessoas com deficiência.

**Leia +**

- Em dezembro, a Defensoria Pública participou de audiência pública sobre direitos das mulheres com deficiência.

**Leia +**

## 2016:

- A Defensoria Pública participou do Grande Expediente, promovido pela Assembleia Legislativa em alusão à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. O evento teve como objetivo provocar uma reflexão sobre o que é ser diferente e incentivar a sensibilização sobre a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

**Leia +**

## 2017:

- Em março, a Defensoria Pública realizou mutirão de sensibilização e conscientização da sociedade sobre a Síndrome de Down. O evento ocorreu no Parque da Redenção, em Porto Alegre.

**Leia +**

- Também em março, a Defensoria Pública participou do Seminário Internacional “A importância da Família no desenvolvimento pleno da pessoa com Síndrome de Down”, que deu início às atividades da 1ª Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down – Além do Olhar, realizada na Assembleia Legislativa.

**Leia +**

- Em agosto, a Defensoria Pública acompanhou o lançamento da 22ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência.

**Leia +**

## 2018:

- Em junho, a Defensoria Pública realizou mutirão de orientação jurídica com foco nos direitos humanos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, bem como na prevenção à discriminação racial.

**Leia +**

- Em agosto, a Defensoria Pública prestigiou a abertura da 21ª Semana da Pessoa com Deficiência em uma solenidade com áudio descrição e uso de Libras, realizada no salão Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini, em Porto Alegre. O evento teve como objetivo promover debates acerca de conceitos, ideias, sugestões e temas relacionados à realidade de Pessoas com Deficiência (PcD) na busca por oportunidades.

**Leia +**

- Em novembro, a Defensoria Pública prestigiou a assinatura do Projeto da Lei Gaúcha de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, ocorrida no Palácio Piratini.

**Leia +****2019:**

- Em março, foi publicada a Resolução DPGE nº 06/2019, que institui, disciplina e regulamenta a **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI** no âmbito da Defensoria Pública do Estado.

**Leia +**

- Em abril, a Defensoria Pública realizou o evento de capacitação “Diversidade e Inclusão Social”, que promoveu a troca de conhecimentos e experiências sobre diversidade e inclusão. No evento, foi lançada, oficialmente, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI).

**Leia +**

- Em setembro, a Defensoria Pública realizou mutirão de orientação jurídica e educação em direitos alusivo ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, que é celebrado no dia 21 de setembro. O evento ocorreu na Esquina Democrática, no centro da capital.

**Leia +****2020:**

- Em agosto, a Defensoria Pública prestigiou o lançamento da XXVI Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH).

**Leia +**

- Em setembro, a Defensoria Pública lançou, em alusão ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21/09), campanha institucional contra o Capacitismo, com elaboração de cards divulgados nas redes sociais da instituição.

**Leia +**

A referida campanha motivou a realização de uma live, bem como a concessão de entrevistas em rádio e TV:

**Live da Defensoria Pública**

Rádio ABC 103.3 FM, entrevista ao vivo no programa de Cláudio Brito em 25/11/2020.

**Redação TVE, participação no programa do dia 23/09/2020.****TV ASSEMBLEIA, com participação no programa do dia 17/02/2021.**

- Em outubro, a Defensoria Pública promoveu oficina virtual gratuita sobre os direitos da pessoa com deficiência.

**Leia +**

- Adesão, participação e representação institucional na Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidade.

**Leia +**

**2021:**

- Em setembro, mês que marca o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a DPE/RS lançou campanha sobre acessibilidade atitudinal. Ao longo das semanas seguintes, foram realizadas diversas postagens nas redes sociais da DPE/RS com informações, orientações e dicas envolvendo acessibilidade. O conteúdo foi organizado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI).

**Leia +**

- Em agosto, a DPE/RS participou da abertura da 27ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência. O evento, realizado no Palácio Piratini, foi marcado pela entrega do projeto da Lei Gaúcha de Acessibilidade e Inclusão (Legai) pelo governador Eduardo Leite para a deputada estadual Kelly Moraes, que representou a presidência da Assembleia Legislativa.

**Leia +**

- A campanha institucional contra o capacitismo, realizada em 2020, foi inscrita em Seminário da Rede de Cooperação (composta pela Defensoria Pública Estadual e outras 12 instituições do sistema de justiça) sobre as Melhores Práticas em Direitos Humanos, realizado em 10 de dezembro de 2021. No evento, foram apresentadas, ao todo, 18 práticas, tendo a campanha contra o Capacitismo ficado entre as quatro mais votadas, com indicação de implementação nos demais órgãos.

**Leia +****2022:**

- Em março, a Defensoria Pública participou de reunião com a Frente Parlamentar PcD de Porto Alegre, na Câmara Municipal de Vereadores, que tratou sobre a acessibilidade nos transportes públicos da capital. O debate foi uma solicitação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre (COMDEPA).

**Leia +**

- Ainda em março, a Defensoria Pública participou da abertura da 6ª Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down.

**Leia +**

## ATIVIDADES DA CPAI

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) é um órgão vinculado à Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos, formado por servidoras(es) e defensoras(es) de maneira paritária. Trata-se de uma instância de caráter consultivo e executivo, a qual busca atender demandas de inclusão social/laboral e acessibilidade oriundas de servidoras(es), defensoras(es) e/ou estagiárias(os) com deficiência no âmbito da Defensoria Pública do Estado. Abaixo, citam-se duas das principais atividades desempenhadas pela Comissão:

- A fim de identificar as demandas de servidoras(es), defensoras(es) e/ou estagiárias(os) com deficiência que ingressam na instituição, desenvolveu-se uma metodologia de ingresso, que consiste na realização de um encontro de acolhimento para conhecer e identificar as demandas decorrentes da deficiência que implicam em adaptações razoáveis e que possibilitam um ambiente acessível para o trabalho.
- Campanha de recadastramento das pessoas com deficiência que trabalham na instituição, com o intuito de coletar e sistematizar dados que permitam a identificação e a eliminação de barreiras que ainda impedem a efetiva participação das pessoas na instituição, bem como ajudam na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas institucionais para a pessoa com deficiência.

### Link para recadastramento

Neste link, também pode ser solicitado contato semestral, a ser realizado pela CPAI, com o intuito de acompanhar as rotinas de trabalho e possíveis demandas relacionadas à deficiência.

## CARTILHAS DESENVOLVIDAS PELA DPE SOBRE O TEMA

- Nada sobre nós sem nós (2019):



[Clique aqui para acessar a cartilha](#)

## Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência - NUDEPED -

**Dirigente** Aline Palermo Guimarães

**Subdirigente** Ricardo Girardello

Endereço: Rua Siqueira Campos, 731, Centro Histórico, Porto Alegre/RS,  
90010-000

Telefones: (51) 3210-9376

E-mail: [nudeped@defensoria.rs.def.br](mailto:nudeped@defensoria.rs.def.br)

**Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS**